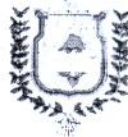




ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ata da Audiência Pública: Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, suas diretrizes, normas e atualizações, de iniciativa da Deputada Estadual Edna Auzier, realizada no dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro.

Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas e sete minutos, reuniu-se a Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, no Plenário Deputado Dalto Martins, Palácio Deputado Nelson Salomão, situado na avenida FAB, s/n, para realização da **Audiência Pública: Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, suas diretrizes, normas e atualizações**, sob a presidência do Deputado Estadual Jesus Pontes. A Mestre de Cerimônias desejou boas-vindas a todos, ressaltou que a Audiência Pública era realizada de acordo com o **Requerimento nº 1154/24-AL**, de autoria das Deputadas Alliny Serrão, Edna Auzier e Deputado Jesus Pontes. Agradeceu a presença de todos que puderam vir e também a todos que acompanhavam a Sessão através dos canais de comunicação deste Poder. Em seguida, convidou para compor a **Mesa de Honra**: a excelentíssima Deputada Estadual **Edna Auzier**; o excelentíssimo Deputado Estadual, **Jesus Pontes**; o excelentíssimo Prefeito do Município de Tartarugalzinho, **Bruno Mineiro**; o excelentíssimo Vice - Governador do Estado do Amapá, **Antonio Teles Júnior**; o excelentíssimo Secretário de Estado de Planejamento, **Lucas Abrahão**; o excelentíssimo Diretor-Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, senhor **André Abdon**; o excelentíssimo Chefe-Geral da EMBRAPA no Amapá, senhor **Antônio Cláudio Almeida de Carvalho** e o excelentíssimo Secretário de Pesca e Cultura, **Paulo Nogueira**. Após, a Mestre de Cerimônias solicitou que todos ficassem em posição de respeito para ouvirem a execução do Hino Nacional, seguido da canção do Amapá. Posteriormente, a Cerimonialista agradeceu e registrou a presença de autoridades em Plenário. Ato contínuo, fez uma breve contextualização sobre o conceito e importância da Ferramenta de Planejamento e Gestão, Zoneamento, destacando que esta era a Quarta ampla discussão sobre o tema, que daria continuidade ao trabalho realizado pelo Governo do Estado, no qual procedeu análise das características dos municípios da Região Sudeste do Estado (Macapá, Santana e Mazagão), Laranjal do Jari, Região Sul e Amapá, e Região Oeste. Ressaltou, que as conclusões seriam fundidas em uma Minuta que seria deliberada nesta Casa de Leis, dia 05 de junho do corrente ano, em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Após, repassou a palavra à Deputada Estadual **Edna Auzier**, que abriu oficialmente esta Audiência Pública, invocando a "Proteção de Deus e em nome do povo amapaense". Proferiu cumprimentos aos presentes e fez um breve discurso de abertura da Sessão. Agradeceu a Deus por este momento especial. Consolidou o compromisso desta Casa de Leis com o desenvolvimento do Estado do Amapá. Registrou a satisfação em receber todos que estavam presentes, participando desta Audiência Pública. Enfatizou que o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE era um marco para o Estado do Amapá. Destacou que era necessário, não somente, garantir a sustentabilidade, mas também, fazer com que o Estado pudesse gerar emprego e renda para a sociedade.



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

enfatizando ser este o principal objetivo da realização desta Audiência Pública. Destacou as prerrogativas do Poder Legislativo em deliberar importantes Projetos de Leis que beneficiavam a população. Disse que tinha conhecimento do quanto o Estado do Amapá precisava melhorar os indicadores sociais e econômicos. Agradeceu a todos que puderam se fazer presente nesta Audiência. Falou dos estudos posteriores sobre o tema debatido, destacando a importância da ratificação do compromisso deste Poder Legislativo com a sociedade amapaense. Disse que não poderia existir Zoneamento sem a presença da mineração e pontuou que conhecia o potencial do Estado. Falou que o objetivo era desenvolver o Amapá da melhor forma, obedecendo às normas ambientais e as leis, para assim poder levar qualidade de vida para as pessoas. Agradeceu e finalizou seu pronunciamento. Em seguida, o Deputado Estadual, **Jesus Pontes** saudou todos os presentes. Cumprimentou, de forma individual, os membros da Mesa. Destacou que este era o momento de sanar as dúvidas existentes sobre o tema debatido. Disse que os marcos regulatórios iriam estabelecer critérios em todos os municípios do Estado do Amapá, para que não houvessem mais dúvidas sobre o que estava autorizado a ser realizado dentro do Estado, citando a regularização fundiária. Enfatizou a urgência em gerar oportunidade para a sociedade amapaense. Destacou que esta discussão, sobre Zoneamento Ecológico, já se estendia há 30 anos. Falou do papel fundamental desta Casa de Leis na discussão da matéria. Disse que era inaceitável a população não poder produzir, porém com responsabilidade e respeito às Leis e aos cidadãos este Poder Legislativo estava empenhado em solucionar os problemas da sociedade. Parabenizou o Governo do Estado pelo brilhante trabalho que estava realizando, priorizando esta pauta de grande relevância para a população amapaense. Desejou um bom dia a todos e encerrou sua fala. Posteriormente, deu-se início a **fala dos membros da Mesa de Honra**, para uso da palavra o Prefeito do Município de Tartarugalzinho, senhor **Bruno Mineiro** cumprimentou todos os presentes. Saudou os membros da Mesa, de forma individual. Falou da importância deste debate para o Estado do Amapá, destacando ser necessário o avanço do Estado e dos Municípios. Pontuou a necessidade deste destravamento para o Estado. Destacou a importância da Ferramenta Zoneamento, que permitia identificar, de forma legal, onde e o que poderia ser produzido no Estado. Parabenizou toda equipe do Governo do Estado pelo trabalho realizado. Enfatizou a participação da população, dizendo ser de fundamental importância ouvir os anseios da sociedade. Falou que a maior demanda dos Municípios era a geração de emprego. Citou os debates sobre a FLOTA, enfatizando ser um tema muito importante. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Em continuidade, o Chefe Geral da EMBRAPA no Amapá, senhor **Antonio Cláudio Almeida de Carvalho** saudou todos os presentes. Disse que o Zoneamento era um "divisor de águas" e que este momento era muito simbólico para o Estado. Reportando-se a fala do Deputado Jesus Pontes, enfatizou que esta discussão já se estendia há 30 anos. Falou da importância da Ferramenta Zoneamento e do trabalho essencial de todos os envolvidos no processo. Citou a equipe do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado - IEPA, destacando o trabalho que vinham realizando, muitas vezes, sem apoio. Parabenizou à equipe de pesquisadores da Universidade Federal, assim como, a equipe da EMBRAPA. Discorreu sobre a sustentabilidade na Amazônia, destacando a proteção e demarcação das áreas



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

indígenas. Citou a criação das Unidades de Desenvolvimento Sustentável, pontuando o excelente trabalho desenvolvido pelo Estado do Amapá. Disse que era um orgulho poder dizer que o Amapá era o Estado mais protegido e preservado. Falou que sustentabilidade não significava proteção e sim produção de forma sustentável. Disse que o Estado precisava avançar, pois não era sustentável o Estado que protegia suas áreas, porém dependia de alimentos e matérias de outras áreas degradadas. Pontuou que desta forma, não existia sustentabilidade para um Estado que estava degradando outro, e que o Amapá precisava garantir a produção de todas as áreas, do setor primário, no próprio Estado. Finalizou agradecendo e parabenizando toda equipe do Zoneamento. Após, o Diretor Presidente do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá, senhor **André Abdon** cumprimentou todos os presentes. Falou do sucesso da realização das Audiências Públicas para tratar do Zoneamento. Disse que Zoneamento era conhecimento distribuído, para que decisões importantes pudessem ter um norteamento, visando à ecologia e principalmente a economia, que influenciava na vida das pessoas que viviam nas florestas, nos campos cerrados e em todas as ambientações que faziam parte do Estado. Falou que o IEPA, juntamente com a EMBRAPA, Secretaria de Meio Ambiente - SEMA e com as demais Secretarias, iriam tratar com a sociedade e com o Poder Legislativo, nesta finalização de Audiências, garantindo segurança jurídica e organizando as informações que foram colhidas por técnicos e pesquisadores das Instituições. Parabenizou os Técnicos e Pesquisadores dos Órgãos que buscaram essas informações, permitindo que fossem explanadas diante das ações que iriam ser apresentadas durante este debate. Agradeceu ao Governador do Estado por lhe proporcionar a participação nesta pasta de extrema importância da pesquisa e do conhecimento, para nortear a Ferramenta do Zoneamento Ecológico Econômico, assim como as ações de governo que teriam pela frente. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Com a palavra, o Secretário de Estado de Planejamento, senhor **Lucas Abraão** saudou todos os presentes. Agradeceu a Deus pela oportunidade. Cumprimentou os membros da Mesa, de forma individual. Falou da importância deste debate. Disse que fazer política pública demandava tempo, assim como, o amadurecimento das Instituições, da sociedade e do Governo. Citou e parabenizou os quatro Secretários de Planejamento. Agradeceu os Pesquisadores da IEPA e da Universidade Federal pelo trabalho desenvolvido. Em nome do Governador, Clécio Luis, agradeceu a todos que participaram no desenvolvimento desta ferramenta. Destacou a participação desta Casa Legiferante nos grandes debates para o Estado do Amapá. Finalizou agradecendo, em especial, a equipe da Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, que representava todos, que desde 1991, trabalharam para concretizar esta ferramenta do Zoneamento Ecológico Econômico. Informou que o Estado pretendia protocolar, nesta Casa de Leis, a Minuta do Projeto de Lei, no dia 05 de junho do corrente ano, data em que se comemorava o Dia Nacional do Meio Ambiente. Em seguida, o Secretário de Pesca do Estado do Amapá, senhor **Paulo Nogueira** saudou todos os presentes. Agradeceu a Deus pela oportunidade. Cumprimentou os membros da Mesa. Destacou a importância do tema, afirmando que o Zoneamento permitiria segurança jurídica para o Estado. Pontuou que era necessário produzir internamente, visando à diminuição dos índices de desemprego no Estado. Falou que o Amapá apresentava oportunidades que precisavam ser aproveitadas pela sociedade. Enfatizou que a



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

missão de todos, que estavam participando deste debate, era uma só, qual seja, destravar os entraves do Estado, permitindo assim, que o pequeno produtor pudesse ter oportunidade de trabalhar, produzindo no interior e fomentando a economia da cidade. Disse que era necessário realizar uma política verticalizada, permitindo que chegasse até o cidadão que mais precisava ser alcançado por política pública. Desejou uma boa Audiência a todos e informou que precisava ausentar-se para cumprir outros compromissos. Em continuidade, participando de forma on-line, o Secretário Nacional de Fundos e Instrumentos Financeiros, senhor **Eduardo Tavares**, cumprimentou todos os presentes, em nome do Ministro Valdez Góes. Discorreu sobre as etapas do Zoneamento Econômico, destacando que seria o cartão de visitas do Estado do Amapá, não somente para os empreendedores locais, mas também, para os empreendedores do Brasil e do mundo. Destacou que a implementação desta ferramenta iria gerar uma série de oportunidades para o Estado. Ressaltou o compromisso de apoio do Governo Federal com esta agenda, dizendo que fortalecia o pacto federativo com uma diretriz legítima, ou seja, era a Casa do Povo que estava trazendo esta diretriz para o Amapá, Brasil e mundo. Finalizou desejando sucesso para o Estado, pontuando que o Zoneamento Econômico Ecológico era um marco de progresso econômico e social para o Estado do Amapá. Após, o Vice-Governador do Estado, senhor **Teles Júnior** saudou todos os presentes. Destacou a importância deste debate, que encerrava o ciclo de Audiências sobre Zoneamento Econômico Ecológico. Fazendo referência à Presidente Alliny Serrão, parabenizou os Deputados e Deputadas Estaduais, desta Casa de Leis, pela parceria e compreensão da importância destes temas estruturantes para o Estado do Amapá. Afirmou que sem o apoio desta Casa Legiferante não seria possível consolidar o regramento que estava sendo proposto para o domínio econômico no Estado. Registrou a presença do Amapá Terras, IEPA, SEPLAN, PESCAP, SEMA, PGE, Secretaria de Desenvolvimento das cidades e todos os órgãos que tinham transversalidade na agenda do Zoneamento Econômico Ecológico. Destacou que era uma determinação do Governador Clécio Luis, que o Governo pudesse estar dialogando, permanentemente, com o setor privado e Instituições de sociedade civil para que pudesse ter clareza e transparência em suas decisões. Pontuou que fazer política pública demandava muito tempo para se consolidar. Agradeceu a todos que estavam participando deste momento tão importante para o Estado do Amapá. Disse que o Zoneamento Ecológico e Econômico só fazia sentido se atendessemos aos interesses dos produtores, visto que, era a partir da livre iniciativa de cada produtor que seria trabalhado a geração de emprego e renda para o Estado. Pontuou que a carteira de trabalho era o maior programa social que existia em um país. Falou que este era o momento de questionar e contribuir. Destacou que o Zoneamento Ecológico e Econômico foi uma conquista de "várias mãos" e agradeceu a todos que participaram e permitiram que esta ferramenta pudesse ser apresentada à sociedade neste momento. Disse que este era um momento de consenso, que iria atender as exigências da ciência sobre a questão ambiental e, também, atender a pré-condição de gerar emprego e renda para a população. Afirmou que todos tinham um objetivo comum, que era o crescimento de todos juntos, não apenas alguns segmentos. Disse que o problema da Amazônia era saneamento básico, geração de emprego e renda sob uma perspectiva de atividade produtiva, segurança pública, dentre outros.



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Ressaltou que o Amapá foi o primeiro Estado da Amazônia a demarcar todas suas terras indígenas, preservar de forma integral metade de seu território, possuir um programa estadual de energia renovável, dentre outras benfeitorias. Disse que o objetivo era gerar emprego e renda para a população, bem como melhor qualidade de vida. Falou que o Governo do Estado do Amapá estava nesta luta para trazer prosperidade para o povo. Informou que a agenda de 2030, para o Estado do Amapá, não tratava apenas de sustentabilidade, mas, sobretudo, de geração de emprego e prosperidade. Agradeceu e encerrou sua fala. Neste momento, a Mestre de Cerimônias informou o **início das palestras** e convidou para ministrar a apresentação da Metodologia para Elaboração do ZEE, o senhor **Paulo Sérgio Ferreira da Silva**. Com a palavra, o senhor Paulo Sérgio saudou todos os presentes. Informou que iria discorrer sobre a parte metodológica do ZEE. Disse que buscou utilizar uma linguagem simples, para descrever esta ferramenta, que possuía uma gama de informações para o Estado, as quais seriam utilizadas para a gestão do território e organização de políticas públicas, entre outras questões. Destacou que o estudo do Zoneamento trazia um conjunto de relatórios técnicos, assim como, mapas temáticos, feitos a partir de uma base metodológica e legal, no qual todos os Estados deveriam seguir. Informou que o Zoneamento no Brasil, já constava na Constituição Federal de 1988 e, mais recentemente, no Código Florestal de 2012. Após, iniciou a apresentação de slides com estas informações. Pontuou que o Estado do Amapá, começou a discutir a questão do Zoneamento a partir de 1999, com artigo na Constituição do Estado. Destacou que um dos produtos do Zoneamento era a Lei de Ordenamento Territorial que serviu de base para a organização do atual Zoneamento. Discorreu sobre as etapas para construção desta ferramenta, quais sejam: planejamento, diagnóstico (coleta de dados e informações), prognóstico (unificação dos dados e informações colhidas para o ZEE) e implementação. Apresentou imagens para demonstrar o trabalho realizado com levantamento de demandas. Agradeceu e concluiu. Em seguida, para ministrar a apresentação dos resultados, da fase de integração, o Professor **Jurandyr Luciano Sanches Ross**. Com a palavra, o Professor **Jurandyr Ross** cumprimentou todos os presentes. Informou que iria discorrer sobre o conteúdo dos resultados do trabalho, que envolveu um volume grande de informações, registradas em mapas temáticos. Disse que o ZEE era um instrumento técnico-científico e não político, que servia de suporte para as decisões que o Estado, Federação ou Municípios pudessem tomar. Falou do perfil do Estado do Amapá, dizendo que possuía características próprias, dentre elas, uma ampla área de terras protegidas, sendo 71% com unidade de conservação ou terras indígenas e 29% livre de legislação específica. Pontuou a importância de ser considerada a base do Código Florestal. Disse que o Zoneamento partiu de três grandes macros zonas, quais sejam: a zona da floresta, a zona da savana e a zona das terras inundáveis, destacando que já constava na Lei Estadual n. 919 de 2005. Pontuou que o Amapá, no que se referia à economia, dependia dos recursos do Governo Federal, que significava 49% do valor que circulava, mensalmente, no Estado. Falou da economia informal no Estado, pontuando que era gerada pelo setor produtivo, porém, grande parte deste setor não tinha sua origem/produção, claramente, definida. Destacou que esta era a característica básica do Amapá, sendo um Estado com proteção ampla de terras, mas que possuía uma dependência do setor público. Disse que o grande



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

desafio era fazer com que a economia informal aumentasse sua renda, investindo no setor privado, de infraestrutura, dentre outros. Falou da limitação logística do Estado, em função de não ser interligado ao território nacional através de rodovias. Falou do setor produtivo (agricultura, pecuária, pesca, mineração, extrativismo vegetal), destacando ser mais um desafio do Estado, qual seja, não ser exportador de produto primário, sem nenhum processamento industrial. Após, apresentou slides com informações de potencialidades, vulnerabilidades, potencialidades naturais, fragilidade e potencial. Destacou que a diferença da política pública do desenvolvimento sustentável a partir da década de 80-90, para os dias atuais, era que antes a natureza era vista, apenas, como recursos naturais. Continuou a apresentação demonstrando categorias de usos da terra (Terras de uso predestinadas por Lei e Terras de uso não predestinadas); sistemas socioeconômicos e socioambientais; diretrizes na perspectiva econômica, social, ambiental e ecológica e mapa das zonas ecológico-econômicas. Finalizou agradecendo e informando que as dúvidas seriam sanadas durante o debate. Ato contínuo, a Cerimonialista informou o início do **Bloco de questionamentos**. Convidou para iniciar as perguntas o Presidente do SINDMADEIRAS, senhor **Carlos Henrique**, que saudou todos os presentes. Agradeceu a Deus pela oportunidade. Cumprimentou os membros da Mesa e demais autoridades. Parabenizou todos os envolvidos que contribuíram para que o relatório do ZEE pudesse ser elaborado e apresentado aos pesquisadores. Disse que o setor florestal amapaense tinha uma abrangência muito grande, apresentando uma contribuição gigantesca para a economia do Estado do Amapá, através das áreas de assentamento e áreas de uso sustentável. Finalizou dizendo que esperava que o ZEE e todo relatório produzido pudesse ser utilizado da melhor forma possível com o manejo sustentável, desenvolvendo o Estado de maneira racional, respeitando o meio ambiente e trazendo soluções para a economia. Colocou-se à disposição para contribuir nas discussões e no debate, a fim de construir um desenvolvimento econômico e sustentável para todo o Estado. Agradeceu e encerrou sua fala. Após, o Superintendente do IBAMA no Estado do Amapá, senhor **Bernardino Nogueira** cumprimentou todos os presentes. Disse que sua preocupação era sobre a questão da FLOTA, questionando como ficaria no ZEE, se a FLOTA fosse diminuída, destacando que a legislação gerava problemas para os órgãos de fiscalização. Agradeceu e encerrou. Em seguida, o Professor **Jurandyr Ross** respondeu dizendo que o ZEE não podia dizer o que podia e o que não podia ser feito. Referindo-se ao relatório do ZEE, disse que possuía o item recomendações, que se baseava na Lei, na potencialidade natural e na condição econômica. Disse que a FLOTA tinha uma lei específica e um plano de manejo específico, sendo assim, em havendo interesse, o que se podia fazer era discutir o plano de manejo e limites, porém que não poderia ser feito de forma aleatória. Destacou que a FLOTA era muito grande, representando 17% do Estado, e que esta decisão não era técnica e sim política, que precisava estar amparada em um suporte técnico. Disse que o Zoneamento trabalhou em uma escala de 250 mil, sendo esta, recomendada pelo Ministério do Meio Ambiente. Finalizou enfatizando que deveria haver uma base técnica, porém a decisão era política. Após, o Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá, senhor **Iraçu Colares** saudou todos os presentes. Disse que sonhava, há 50 anos, que fosse extinta a expressão que o Amapá era o Estado mais



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

preservado. Destacou que gostaria de ouvir que além de Estado mais preservado, possuía atividades empresariais liberadas, com o Estado gerando emprego e renda para a população. Destacou que a Costa do Amapá possuía petróleo, porém não podia ser explorado, nem usufruído pelo povo. Disse que falar em planície era falar de búfalo e informou que não tinha conhecimento de outras ocupações na área de cerrado, a não ser a plantação de eucalipto, na área da ANCEL. Finalizou dizendo que sua fala era apenas uma contribuição e não uma pergunta. Agradeceu e concluiu. Em resposta, o Professor **Jurandyr Ross** informou que quando falava em uso múltiplo da savana, se referia ao eucalipto, que era uma ocupação dominante, a pecuária bovina, pastagens plantadas e pastagens naturais, áreas de agricultura de grãos, em alguns trechos descontínuos e áreas de savana que funcionavam como suporte da atividade pesqueira. Em continuidade, o Deputado Estadual **R. Nelson Vieira** saudou todos presentes. Disse que existia um relatório preliminar da ZEE que não explanava a questão da FLOTA, principalmente, no que tangia ao redirecionamento. Perguntou aos membros do Governo, quais as ações propositivas da ZEE, que seriam recomendadas para as unidades de conservação de uso sustentável, em especial, a FLOTA, com a finalidade de fomentar o uso sustentável dos recursos florestais. Em resposta, a Coordenadora da Secretaria de Meio Ambiente, senhora **Débora de Oliveira Thomaz** disse que o ZEE teve uma preocupação muito importante em conhecer o que se havia embaixo da copa das árvores, destacando que todo esse processo de proposição, de redefinição ou de relocação da FLOTA foi muito bem trabalhado nos projetos, nas questões de sócio biodiversidade, coordenados pela Professora Cláudia Chelala. Enfatizou que este estudo foi realizado para entender a necessidade da população. Disse que pesquisas de campo que tinham a validação da população tradicional, ribeirinha eram pesquisas que iriam auxiliar na tomada de decisões de gestão. Em seguida, o Deputado R. Nelson Vieira sugeriu que fosse acrescentado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no art. 50, que tratava da Agência de Fomentos do Amapá, um Inciso para promover o desenvolvimento rural sustentável, nas diferentes regiões por meio do ZEE, fortalecendo a agricultura familiar e os segmentos de comunidades tradicionais, ribeirinhas, quilombolas, indígenas e de assentamento. Enfatizou que era uma sugestão de emenda à LDO. Após, o Secretário de Projetos Estratégicos do Município de Santana, senhor **Wellington Góes**, neste ato representando o Prefeito do Município de Santana, Bala Rocha, cumprimentou todos os presentes. Perguntou qual a relação do ZEE com outros estudos que estavam sendo realizados pelo IEPA, citando os estudos da Costa do Amapá, o aproveitamento costeiro, não somente, da parte oceânica, mas também, dos rios. Questionou também sobre a validação e acompanhamento nos segmentos logísticos portuários, rodoviários e ferroviários, destacando que, apesar de toda regulamentação, tudo que tratava da parte econômica de exploração do extrativismo iria acabar desembocando na capacidade de logística do Estado, inclusive, na questão do mapeamento costeiro, no que se referia a ocupação, ou melhor, aproveitamento econômico da margem equatorial, seja na prospecção e exploração petrolífera, seja na possibilidade de energias renováveis, como energia eólica. Agradeceu. Em resposta, o senhor **Marcelo Carin** – Pesquisador do IEPA saudou todos os presentes. Disse que o Zoneamento era antigo e que se trabalhava com o Zoneamento de 1999, com aproximação da Região Sul do Estado, em uma escala



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

9

muito maior. Disse que a escala foi reduzida, porém começou-se a trabalhar com metodologia específica, do Ministério do Meio Ambiente, que estabelecia cenários dentro de uma escala. Explicou que a escala que era trabalhada era de nível operacional. Disse que todo reatamento metodológico se influía em coleta de dados, de natureza primária e gerenciamento costeiro, que era um programa específico do Estado, vinculado ao Governo Federal, ou seja, não era uma iniciativa do Zoneamento. Enfatizou que o Estado tinha um programa, vinculado ao Governo Federal, que estabelecia as normativas e regramentos e a identificação da zona costeira do Estado. Disse que todas as informações foram utilizadas para compor um arcabouço fundamental para, a partir destes estudos, desenvolver as prerrogativas de Zoneamento. Pontuou que dados primários não puderam ser feitos, pois os recursos para Zoneamento eram limitados, apesar de se ter um Zoneamento significativo. Falou que o ZEE estava na fase de prognóstico e todo arcabouço para estabelecer um cenário de entendimento do Estado do Amapá e suas potencialidades, a partir de pontos de resiliência. Destacou que esta era a ideia central do Zoneamento. Disse que o ponto fundamental era que 72% do Estado estava sob alguma forma de proteção, e que a partir daí era necessário entender o Estado sob esse ponto, visto que, restava, apenas 28% para se trabalhar, economicamente, com as prerrogativas e condicionantes metodológicas que o ZEE imprime a partir do Ministério do Meio Ambiente e do Atlas do IBGE. Em réplica, o senhor **Wellington Góes** informou que já havia entendido, boa parte, do que foi dito, destacando ter sido boa a explicação sobre a escalabilidade deste processo. Questionou se esta relação de aprofundamento, nos estudos costeiros, seria um outro nível para definição de espaço. Retomando, o senhor Marcelo Carin respondeu que era, exatamente, isso, no qual o cenário era definido de acordo com o nível da escala. Em continuidade, o Professor Jurandyr Rocha, completando a fala do senhor Marcelo Carin, referindo-se à logística, disse que o Porto de Santana era um ponto de "estrangulamento" da economia, destacando que, apenas com uma visita ao local, era possível visualizar as atuais condições do Porto, que comportava apenas dois navios. Falou da importância deste estudo sobre o Porto, informando que estava assinalado no relatório. Informou que, saindo do Estado, quem realizava a gestão da área costeira era o Setor Federal, assim como, o que se referia ao petróleo. Após, o senhor **Aristóteles Viana**, Coordenador do ZEE, em resposta ao senhor Wellington Góes, disse que a resposta para sua pergunta estava na Macro Zona 3, das terras inundáveis. Em seguida, o Secretário de Meio Ambiente de Pedra Branca, senhor **Rafael Araújo** cumprimentou todos os presentes. Reportando-se aos palestrantes, perguntou como ficaria a situação das reservas legais e das propriedades rurais, tanto em cerrado, quanto em florestas, haja vista a previsão legal no Código Florestal, em virtude da aprovação do ZEE, que permitia a diminuição da reserva legal. Gostaria de saber se o ZEE já possuía um regramento específico ou mediante lei específica, tendo em vista a previsão legal no Decreto de criação do Parque do Tumucumaque que previa que o referido Parque era reserva legal para os assentamentos da reforma agrária, diminuindo para 50%. Em resposta, o Professor Jurandyr Ross disse que a questão da reserva legal, possível no Código Florestal, art. 12, não era um passo fácil de ser realizado, haja vista que possuía uma ressonância na mídia nacional e internacional, muito negativa, porém em relação ao Zoneamento a indicação era que as zonas mais passíveis de discussão, que eram as



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

zonas em que a floresta já estava comprometida, na sua condição original, ou seja, as terras que haviam sido ocupadas com a reforma agrária, que, nos dias atuais, encontravam-se subaproveitadas em sua maior parte, onde foram feitas reforma agrária, com uma função social e essa função social embora tenha sido atendida em seus primeiros momentos, hoje, não correspondia mais àquilo que era o desejável. Falou que no Zoneamento existia a possibilidade de se discutir a redução da reserva legal para 50% nestas áreas, mas com o revigoramento da economia, destas áreas já comprometidas, degradadas e modificadas. Após, o Presidente da Associação do Ariri, senhor **Marciliano Miranda** saudou todos os presentes. Agradeceu o convite para participar desta Audiência Pública. Disse que sua pergunta era sobre legalização fundiária de terra. Destacou as dificuldades enfrentadas como agricultor, citando a exigência pelo setor público, dos documentos de posse da terra. Agradeceu o trabalho desenvolvido pelos Deputados e Deputadas. Pediu ajuda ao Governo e Parlamentares para as Comunidades e Estado, visando crescimento e geração de emprego e renda, dentro do Amapá. Destacou que o emprego, também, estava presente no campo. Agradeceu a oportunidade e encerrou sua fala. Em resposta, o Diretor Presidente do Amapá Terras, senhor **Reneval Tupinambá**, cumprimentou todos os presentes. Disse que o ZEE complementava o trabalho de regularização fundiária, permitindo mais segurança para a execução dos planos dentro do Estado do Amapá. Informou que o Estado já havia iniciado o trabalho de regularização fundiária, citando mais de 30 mil hectares de áreas regularizadas dentro do Estado. Informou que o Amapá Terras já havia registrado as 12 glebas que a União havia doado ao Estado, trabalhando com diversas ações itinerantes, dentro dos Municípios, citando áreas, já regularizadas, no Município de Mazagão, Amapá, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes, com avanços para os Municípios de Pedra Branca e Serra do Navio. Destacou as facilidades nos processos de regularização fundiária, no qual o cidadão poderia entrar com processo on-line, utilizando, também, tanto o Amapá Terras, na capital, como o Acordo de Cooperação Técnica para abertura de processos nos Municípios. Informou que os técnicos estavam à disposição para sanar as dúvidas, quanto a iniciar o processo de regularização junto ao Estado. Destacou que os avanços iriam continuar. Agradeceu e encerrou seu pronunciamento. Em continuidade, a Coordenadora da Associação dos Criadores do Amapá - ACREAP, **Alessandra Xavier** saudou todos os presentes. Informou que era criadora e fazia parte da Associação dos Criadores do Estado do Amapá. Solicitou que esta Casa de Leis olhasse para os criadores de búfalo, dizendo que eram criadores de uma cultura centenária. Destacou que a reserva foi criada após a criação dada com documentos dos Órgãos do Governo. Disse que precisavam ser vistos como empreendedores do setor econômico do Estado e não como bandidos, nem criminosos, pois não derrubavam nenhuma árvore, visto que trabalhavam em áreas de planície. Pontuou que era necessário que o búfalo entrasse em uma categoria de baixa periculosidade de impacto ambiental. Destacou que não tinham estrutura para fazer confinamento, por falta de apoio do Estado. Fez um apelo para que pudessem ser vistos de maneira diferente, dizendo que não só o pequeno produtor precisava do apoio do Governo, mas o médio e o grande também, haja vista que geravam emprego e tinham potencial para gerar economia no Estado do Amapá. Agradeceu e encerrou sua fala. Em resposta, o Professor Jurandyr Ross disse o búfalo estava inserido no contexto da



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

pecuária. Informou que no relatório não existia nenhum termo contra o búfalo. Citou os Estados que mais criavam búfalo no Brasil, quais sejam: Pará no Marajó, Amapá nas planícies costeiras, Maranhão e São Paulo. Enfatizou que o búfalo não era um bicho e sim um animal como qualquer outro, que de fato, estava há muito tempo no Brasil. Informou que há pouco tempo havia assistido uma reportagem sobre os búfalos do Marajó e acreditava que a má compreensão sobre o búfalo se dava no momento da busca de dados e informações que não apareciam de forma tão visível. Falou que as 310 mil cabeças de búfalo do Amapá estavam presentes no relatório do IBGE. Disse que a cadeia produtiva do búfalo era a mesma do boi, citando o queijo de búfalo, carne de búfalo, coró de búfalo, entre outros. Após, o Diretor Presidente do IEPA, André Abdon disse que o Estado que tinha fama de derrubar floresta para fazer pasto não era o Amapá. Falou que era necessário discutir a realidade do Estado, citando o ZEE como ferramenta de informações da realidade atual. Destacou que há muitos anos se tinha a economia organizada em várias áreas, porém era necessário cuidado ao fazer referência do Estado como devastador de floresta. Disse que a questão da floresta e degradação não poderia ser vista de maneira emocional. Informou que o ZEE apresentava informações técnicas e precisas, mesmo em escala não ideal, destacando que o ZEE não acabou podendo ser organizado de maneira que as outras medições possam ser realizadas de forma mais minuciosa e detalhada. Em seguida, o senhor **Antonio Cláudio Almeida**, Chefe Geral da EMBRAPA contribuiu dizendo que discordava da possibilidade de colocar a criação extensiva de búfalo no Amapá como sendo de baixo impacto. Falou que o búfalo, nas condições do Amapá, não era de baixo impacto, pois apresentavam sérios problemas de danos ambientais, quando se concentrava a enorme quantidade por área sem manejo adequado. Ressaltou que o búfalo era um elemento importante da economia, porém era necessário ser realizado manejo adequado. Citou um programa de melhoramento do búfalo na área de Marajó, dizendo que estava tentando trazer este programa para o Estado, visando o melhoramento genético para o rebanho. Após, o Deputado Jesus Pontes disse que ainda teria muito trabalho para a implantação da tecnologia no Estado, citando o custo Amazonas. A posteriori, o Presidente da Federação da Pesca, senhor **Leidinaldo Gama** saudou todos os presentes. Agradeceu o convite. Perguntou ao Professor Jurandyr Ross de que forma o ZEE poderia estimular e potencializar a cadeia produtiva da pesca. Em resposta, o Professor Jurandyr Ross disse que visitou o Município de Calçoene e teve a oportunidade de conversar com o Gerente das três Indústrias de Pesca do Município. Falou que quando se trabalhava na pesquisa, utilizando muitos dados superficiais, mesmo com a realização de muito trabalho de campo, sempre faltava informação de campo, e através desta conversa pode ter uma percepção muito otimista sobre a atividade pesqueira, baseada em Calçoene, com as três indústrias. Disse que o pescado era distribuído para todo o Brasil. Pontuou que outra preocupação era sobre a destinação dos resíduos, porém foi informado que, em Calçoene, existia um Termo de Ajuste/Convênio com uma fazenda próxima que cultivava açaí e os resíduos de peixes eram tratados como adubo. Destacou que foi uma solução muito boa, porém poderia ser melhor se estes resíduos fossem transformados em ração, visto que era uma proteína animal fundamental. Com a palavra, o Representante da Associação dos Mineradores, Indústria e Tecnologia do Estado do Amapá, senhor **João Pulgate** cumprimentou todos os presentes. Informou



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

que todos os Requerimentos minerários estavam representados no Mapa apresentado nos estudos do ZEE e que este Zoneamento Econômico representava mais de 80% das áreas requeridas. Disse que era necessário realizar a pesquisa para definição dos corpos minerários e potencial econômico no Estado do Amapá. Ressaltou que era seu compromisso, como Presidente da Associação, identificar os minérios e industrializar no Estado do Amapá, fiscalizando e gerando renda, economia, emprego e tecnologia. Agradeceu e encerrou sua fala. Após, o Vice-Presidente da Associação das Indústrias, senhor **Isaías Matias** saudou todos os presentes. Agradeceu esta Casa Legiferante, citando que, no ano de 2022, foi homenageado com o Título de Cidadão Amapaense. Agradeceu a Empresa ICOMI, que lhe trouxe para trabalhar no Estado, em 1982. Destacou que nos dias atuais, o Amapá estava perdendo sua juventude para o Sul do Estado, pois não gerava emprego e renda. Solicitou aos Parlamentares que ajudassem os jovens do Estado, com oportunidades de emprego. Disse que a preocupação com o ZEE era a paralisação de todas as cerâmicas, citando a Cerâmica de Santana e Macapá. Informou que a cerâmica gerava emprego e renda e que estavam submetidos a possível fechamento, devido ao ZEE. Enfatizou que esta era sua preocupação. Solicitou, novamente, aos Parlamentares que ajudassem o Estado para que não fosse mais um ponto de fechamento de emprego e renda. Agradeceu e finalizou. Em resposta, o senhor **Aristóteles Viana** disse que na escala regional, não era possível visualizar este local, não sendo feita nenhuma recomendação neste sentido, de fechamento das cerâmicas. Destacou que não existia nenhum entendimento que proibia a questão da piscicultura, pelo contrário, no Zoneamento era indicada a importância deste setor. Após, o Diretor de Pesquisa do IEPA, senhor **Alan Kardec** informou que não constava nos relatórios do ZEE, nada que apontasse para o fechamento dos oleiros da área de Lagoa dos Índios. Em seguida, o Diretor Presidente do IEPA, André Abdon disse que estava havendo um problema de interpretação. Falou que o ZEE não limitava e sim fornecia o esclarecimento do conhecimento pelos pesquisadores do que havia sido realizado no Estado. Destacou que não era um instrumento de controle e repressão, mas sim um instrumento de estudo que repassava clareza para a sociedade, visando com este conhecimento dar o impulso necessário à economia do Estado. Com a palavra, o senhor **Marcelo Carin** disse que estas aflições eram legítimas e que era por esta razão que o Zoneamento estava se consolidando e finalizando nesta data. Disse que eram estas aflições que o ZEE estava tentando coibir e achava plausível que viesse à tona para que pudesse ser discutido. Destacou que poderia demonstrar, de forma legítima, como o ZEE havia sido elaborado. Disse que tinha um mosaico antropizado no Estado que chegava, em torno, de 50 mil hectares. Conceituou Mosaico antropizado, dizendo que eram pequenas áreas, como roça, lavoura branca, pequenas criações de gado, pequenos garimpos abandonados, dentre outros. Enfatizou que o ZEE era um instrumento político de gestão e ordenamento territorial, baseado nas premissas de sustentabilidade, economia e sociologia. Após, o senhor André Abdon, disse que, apenas para esclarecer, Mosaicos Antropizados eram espaços com ações já modificadas no ambiente e lavoura branca eram as roças de mandioca, de banana, de fruticultura, entre outros. Retomando a palavra, o senhor **Isaías Matias** disse que tinha responsabilidade e idoneidade em suas palavras e que não foram *fake News*.



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

informando que já havia ocorrido Audiência Pública tratando da Lagoa dos Índios. Enfatizou que gostaria de deixar registrado que suas palavras não eram faltas de responsabilidade, nem *fake News*, pelo contrário, a Audiência Pública ocorreu. Agradeceu e finalizou. Com a palavra, o Diretor do IBAMA, senhor **Bernardino Nogueira** complementou que, no ano de 2019, quando estava na Secretaria de Meio Ambiente - SEMA foi realizado um Termo de Ajuste de Conduta para a construção da Rodovia Duca Serra e que neste Termo foi acordado que o Governo do Estado iria criar três unidades de conservação, com objetivo de criar dentro da área urbana de Macapá um Mosaico de Unidade de Conservação, interligando o início do Igarapé da Fortaleza até o Curiaú. Informou que este Projeto de Lei já estava nesta Casa Legiferante e que se não fosse aprovado não seria possível concluir a Rodovia Duca Serra, pois este era o Termo de Conduta. Ressaltou que todos que estavam nesta área iriam permanecer, o que não poderia ocorrer era a instalação de outros empreendimentos. Reportando-se ao senhor Isaías Matias, falou que Projeto de Lei previa a permanência dos empreendimentos que já existiam. Após, a senhora **Cleani**, Secretária de Meio Ambiente, cumprimentou todos os presentes. Falou que acreditava se tratar do Amapá Parque, que era outro projeto, que não tinha relação direta com o ZEE. Disse que no ZEE existia um eixo específico para tratar de geologia, que contemplou as áreas minerárias no Estado do Amapá. Informou que já havia sido realizada Audiência Pública para tratar do Amapá Parque, porém era outra temática que não era objeto deste debate. Agradeceu e finalizou. Em continuidade, o Professor de Ciências Ambientais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, senhor **Marcelo Oliveira** saudou todos os presentes. Falou da Lei das ressacas, dizendo que a partir dela foi realizado um Zoneamento Ecológico Econômico das áreas de ressaca, composto por um relatório técnico, publicado em 2012, que demonstrava quais áreas de ressaca já estavam ocupadas, quais deveriam ser preservadas e, dentro desse contexto se identificou as áreas de extração de argila. Destacou que este Zoneamento nunca havia sido implementado. Explicou que sua fala era, apenas, uma forma de contribuir com o debate. Após, o senhor **Genivaldo Marrulli** cumprimentou todos os presentes. Relatou que a análise realizada, das 800 folhas do relatório do ZEE, causou bastante preocupação, pois pode perceber que o Zoneamento era restritivo a diversas atividades. Ressaltou que depois que esta ferramenta fosse transformada em Lei Estadual, dificilmente, daria para revisar e alterar o processo. Diante desta preocupação, solicitou a esta Casa de Leis, que a exemplo do caso FLOTA, fosse criado uma Comissão Especial para ouvir o setor produtivo. Destacou que a maior preocupação era a priorização do ecológico econômico em detrimento com o humano, social e econômico. Agradeceu e encerrou sua fala. Ato contínuo, o Deputado Jesus Pontes reportando-se ao senhor Genivaldo Marrulli, disse que suas posições eram muito claras e que estavam aguardando que o Poder Executivo encaminhasse a Minuta do Projeto. Destacou que a Assembleia Legislativa era a Casa do amplo debate e que todas as Comissões da Casa fariam uma análise da Minuta, para que posteriormente fosse encaminhada ao Soberano Plenário. Disse que conhecia a importância do corpo técnico da Casa neste processo. Ressaltou que o consenso comum de todos era que o Amapá não podia mais continuar do jeito que estava. Disse que a decisão seria voltada para o melhor do Estado do Amapá. Em seguida, o Produtor Rural do Município de Tartarugalzinho, senhor **Valdeci** parabenizou o senhor



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Genivaldo pelo questionamento. Disse que essa era a realidade do produtor rural, no Estado do Amapá. Parabenizou o Prefeito de Tartarugalzinho, senhor Bruno Mineiro, bem como, o Vice-Governador do Estado. Falou que isso demonstrava, claramente, o interesse no setor produtivo do Estado. Falou da importância deste debate, com a participação de vários segmentos da sociedade, visando um denominador comum produtivo para o Estado. Pontuou que os produtores rurais estavam sendo sacrificados por ambientalistas e ONGs que colocavam o produtor rural como o bandido do meio ambiente, que destruía a natureza. Destacou que os Representantes da EMBRAPA tinham os melhores pesquisadores do mundo e sabiam responder claramente, o quanto o produtor rural protegia o meio ambiente. Direcionou sua pergunta ao professor Jurandyr Ross, dizendo que a savana no Estado do Amapá representava 6,2%, questionou o que isto representava em termos de hectares para se produzir no Estado. Informou que dentro desses 6,2%, eram obrigados a deixar 35% de reserva e mais as APPS. Informou que no Estado existia uma Multinacional que possuía grande parte desta área com produção de eucalipto, que era uma floresta considerada "deserto verde no Brasil", pois gerava apenas interesses econômicos, não trazendo benefícios para o meio ambiente. Destacou que esta Multinacional, nunca trouxe sua matriz produtiva para o Estado do Amapá, onde deveria estar gerando emprego e renda. Disse que era necessária uma atitude política para coibir estas práticas. Destacou que o índice de desenvolvimento humano no Amapá era um dos mais baixos do Brasil. Finalizou pedindo ao Professor Jurandyr Ross que explicasse como ficaria a produção do agronegócio com a implantação da ferramenta do ZEE. Agradeceu e finalizou. Em resposta, o Professor Jurandyr Ross explicou que o Estado tinha duas áreas, que eram um conjunto de zonas passíveis de serem adensadas a sua ocupação, com o setor produtivo, sobretudo a agricultura. Falou que estas duas grandes áreas, que formavam um conjunto de zonas, eram as terras dos assentamentos, no eixo Serra do Navio e eixo Oiapoque, que eram terras com a floresta comprometida, com pasto, agricultura de produtos de subsistência e que eram áreas que precisavam ser repensadas, do ponto de vista da produtividade. Disse que os assentados da agricultura da reforma agrária eram de atendimento de interesse social, porém com uma resposta deficiente no setor produtivo, destacando que não bastava possuir terras, era preciso ter terras aptas para o cultivo da agricultura, com tecnologia, assistência técnica, mercado. Informou que o produto com valor mais estável era a soja. Pontuou que em nenhum momento da pesquisa técnica foram contrários a agricultura de grãos. Falou que com relação ao eucalipto, ele não era um deserto verde, mas era uma monocultura que tinha outra dinâmica de produção e de cadeia produtiva, citando seu uso para produção de carvão, madeira para móveis, madeira para papel celulose, madeira para construção civil, dentre outros. Falou que o que se lamentava no Amapá era que se tinha no Estado a maior área na savana de relevos planos, lato solo textura média, aptidão agrícola, que apesar de não ser boa era fácil de corrigir, estando ocupando com eucalipto para exportar madeira cortada. Pontuou que visualizava três caminhos, quais sejam: permanecer como estava, o que não era bom; verticalizar o setor de eucalipto ou a empresa mudar o perfil produtivo. Disse que a agricultura de grãos em fazendas muito grandes, como no Oeste da Bahia, Sul do Maranhão, Sul do Piauí e em parte no Centro Oeste, eram interessantes do ponto de vista econômico para a empresa, porém para o Estado e para a



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

população, não. Destacou que o melhor seria que o produtor fosse do lugar ou que ficasse no lugar, porque assim agregava mais. Retomando a palavra, o senhor Valdeci disse que o Professor Jurandyr Ross precisava conhecer as produções agrícolas desenvolvidas nos dias atuais, citando o Oeste da Bahia, Mato Grosso, Minas Gerais, Maranhão, dizendo existir grandes produtores e que não existia nenhum Município desses que possuía o IDH mais baixo que qualquer outro Município do mundo. Destacou que toda sociedade tinha emprego e renda, não precisando viver de favores políticos e que isso era importante de ser trazido para o Estado do Amapá. Disse que tinha certeza, que o Deputado Jesus Pontes, que era Sócio Fundador da principal Associação de Produtores de soja do Estado do Amapá, teria condições de ajudar este setor produtivo, em nível de Estado. Reiterou que sua preocupação era em relação à quantidade de áreas que estava disponível para produção de agro no Estado. Após, o Deputado Jesus Pontes falou que era importante a compreensão individual, destacando a vasta experiência nacional do Professor Jurandyr Ross. Informou que morou no Rio Grande do Sul e visitou Paraná e Santa Catarina. Disse que o modelo de desenvolvimento da região, de integração ou de cooperativa era o ideal para áreas pequenas, como no caso do Amapá. Em seguida, o senhor Aristóteles Viana informou que, segundo dados da EMPRAPA, o Amapá possuía, aproximadamente, 400 mil hectares de terras aptas disponíveis e que desses hectares 160 mil já estavam ocupados com eucalipto, restando 240 mil hectares aptas para utilização em outras atividades. Após, o ex Deputado Estadual **Eider Pena** parabenizou a Assembleia Legislativa pela realização deste debate tão importante para a sociedade. Informou que desde quando era Deputado Estadual já se discutia sobre o Zoneamento Ecológico e que foi Presidente da Comissão de Políticas Agrárias do Estado do Amapá. Reportando-se a fala do Professor Jurandyr Ross sobre o assentamento da reforma agrária, disse que no passado um dos maiores criminosos da Amazônia foi o Governo Federal, pois permitia fazer três hectares por ano de corte raso. Sintetizando, falou que havia dez mil assentados da reforma agrária, sendo trinta mil hectares, por ano, de floresta, ou seja, este assentado só podia utilizar 20%. Desta forma, o Governo Federal fez com que o cidadão deixasse de ter qualidade de vida. Disse que o assentado da reforma agrária, de forma equivocada, estava longe do eixo, não tendo escola, posto de saúde e que para chegar ao eixo principal era preciso se deslocar por 100 km, porém, de certa forma, foi doado, no mínimo 100 hectares para este assentado. Destacou que era necessário fazer uma analogia, na questão da mudança de percentual. Disse que era preciso equilibrar para se transformar, de forma racional, a questão econômica relacionada ao meio ambiente. Perguntou ao Professor Jurandyr Ross como poderia ser equacionada esta situação. Em resposta, o Professor Jurandyr Ross disse que o ZEE não definia se era possível rebaixar/alterar a reserva legal ou não. Informou que esta definição era feita pelo Código Florestal. Destacou que, apenas era sinalizado que, se houvesse alguma área ou zona que pudesse ser pensado, era justamente onde a floresta já havia sido degradada. Disse que toda área do eixo de Serra do Navio e eixo Oiapoque, tinham parte de terras livres predestinadas, ou seja, fora de Unidade de Conservação de terras indígenas, que os assentados não ocuparam e que, certamente, estavam separadas por não serem assentamentos e sim propriedades de outras pessoas. Falou que quando foi feito o ZEE, as zonas eram a área dos assentamentos e áreas e terras limítrofes que estavam



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

continuar lutando por seus direitos, através de diálogos, discussões e entendimentos. Destacou que a mineração era importante em tudo, afirmando que não existia vida sem a mineração, visto que ela estava presente em tudo, desde a água mineral consumida até o combustível abastecido nos carros. Falou da necessidade de rediscutir a FLOTA. Citou o garimpo do Lourenço, com 135 anos de atividade. Destacou que era necessário demonstrar a força do segmento minerário para o Brasil, Amapá e mundo. Disse que o Estado apresentava uma série de potenciais econômicos que estavam travados por vaidade política. Solicitou o destravamento do Estado. Parabenizou esta Casa de Leis pela realização deste debate. Agradeceu e finalizou. Após, o Produtor Rural do Distrito de São Joaquim do Pacuí, senhor **Fábio** disse que não ouviu falar em São Joaquim do Pacuí, nem de Cutias, em todas as Audiências que estava acompanhando. Informou que São Joaquim do Pacuí era um bioma transitório entre cerrado e floresta, sendo difícil esta classificação. Questionou como a Região foi classificada, cerrado ou floresta. Destacou que a classificação interferia muito na região, visto que, possuía muitas propriedades pequenas e diversas comunidades. Ato contínuo o senhor Aristóteles Viana explicou que nesta escala de 1 para 250 mil, esta região era de floresta primária e foi classificada dentro de floresta de 1.4.4 e, portanto, a intenção era de que houvesse uma redução da reserva legal. Retomando a palavra, o senhor Fábio informou que até o momento esta região era classificada como cerrado. Disse que existiam estudos técnicos que demonstravam esta classificação. Em seguida, o senhor Aristóteles Viana afirmou que esta Região era classificada como floresta e que existia um mapeando demonstrando que esta área era de floresta e nunca havia sido de cerrado, sendo uma área de transição. Após, o senhor **Amiraldo Moraes** informou que existia um estudo do cerrado e que esta região de São Joaquim do Pacuí estava fora dos limites do cerrado, sendo classificada como floresta de transição. Em continuidade o senhor José Abdon falou que o objetivo deste debate era sanar as dúvidas da sociedade. Explicou que o posicionamento 1 para 250 mil, abrangia uma determinada área e que as demais questões da região eram detalhes, que seriam avaliados com muita sabedoria por esta Casa de Leis. Destacou que os estudos sobre as áreas de transição deveriam ser feitos de forma mais detalhada e não em um contexto geral, para que não prejudicasse a população que morava no local. Em seguida, O senhor Aristóteles Viana pontuou que o que estava sendo discutido era um trabalho de 1 para 250 mil, e que se aumentasse a escala poderiam encontrar algum fragmento de cerrado. Após, o Professor **Renato Inário** disse que o Código Florestal abordava essa questão. Pontuou que o ZEE era feito em uma escala maior enquanto essa determinação, do que deveria ser deixado de reserva legal nas propriedades, deveria ser feito em uma escala mais definida. Informou que no Código Florestal era colocado em nível de propriedade. Em seguida, o senhor José Abon destacou que a Região do Pacuí sempre foi uma referência do equilíbrio alimentar do povo do Amapá e que as características dessa região deveriam ser muito bem observadas, tendo em vista ser uma região delicada, com inserção populacional específica. Após, o senhor Aristóteles Viana disse que era por esta razão que consideravam esta região como uma área com antropização dominante, com a presença de 52 comunidades, sendo este o motivo da recomendação de redução de reserva legal. Com a palavra o Professor Jurandyr Ross informou que trabalhou no Norte do Mato Grosso e que as áreas de



ESTADO DO AMAPÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

transição em que se confundia o cerrado com a floresta acabaram sendo consideradas como área de cerrado, devido à dificuldade de separação. Em continuidade, o Garimpeiro e Minerador, senhor **Alexandre Lacabani** saudou todos os presentes. Disse que se pronunciaria em nome da Confederação Nacional de Mineração e da Associação dos Mineradores do Amapá, Indústria e Tecnologia. Agradeceu a fala de todos que representavam os setores econômicos. Destacou que estava muito feliz por sentir que esta Legislatura era comprometida. Parabenizou o Governo do Estado pela ousadia, coragem e sensibilidade humana de abordar este tema, com as ferramentas corretas. Agradeceu a equipe do ZEE pelo brilhante trabalho desenvolvido. Disse que existia uma diversidade social, que só se falava de emprego e renda e que o Amapá não era uma Colônia Agrícola. Pontuou que o Estado do Amapá tinha oportunidades econômicas que precisavam ser trabalhadas dentro de todo arcabouço técnico e científico que já existia. Agradeceu e finalizou. Com a palavra o senhor **Antonio Cláudio de Almeida** externou sua felicidade em poder encerrar o ciclo de Audiências Públicas. Parabenizou todas as apresentações. Destacou que os amapaenses fizeram muito bem a parte de preservação e que deveriam se orgulhar deste feito. Neste momento, deu-se início as **Considerações Finais**. Com a palavra a Deputada Estadual **Edna Auzier** agradeceu a todos que participaram deste debate. Informou que esta Casa já realizava este trabalho, citando a realização de Audiência Pública do setor florestal, da mineração, dentre outras. Destacou que o sonho de todos era transformar o Amapá em um Estado produtivo, gerando emprego e qualidade de vida. Solicitou aos Secretários de Estado que encaminhassem a Minuta para que esta Casa de Leis pudesse fazer as adequações necessárias, dentro das normas e legislação possível. Agradeceu à Presidente Deputada Alliny Serrão pelo total apoio com a Casa Legislativa. Após o Secretário **Luiz Otávio** agradeceu a iniciativa e oportunidade de o Estado estar presente nesta Casa do Povo. Concluiu que o debate foi extremamente plural, rico e importante. Agradeceu a todos os pesquisadores pelo brilhante trabalho realizado. Em seguida, o senhor **André Abdon** agradeceu, em nome do IEPA e de todos os técnicos e pesquisadores. Parabenizou toda a Casa pelo apoio a este Projeto tão importante para o Estado do Amapá. Finalmente, o Deputado **Jesus Pontes** agradeceu a Deus e a todos os colaboradores desta Casa de Leis, pelo apoio desprendido durante este debate. Agradeceu a todos os envolvidos. Disse que esta Casa era do povo e finalizou sua fala. E não havendo mais manifestação por parte dos participantes, o Presidente declarou encerrada esta Audiência Pública. Para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e achada conforme vai assinada pelos que a ela deram origem. Quatorze horas e um minuto do dia vinte e nove de maio de dois mil e vinte e quatro.